



**PROJETO DE LEI Nº 0001-12, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.**

*Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público de Assistentes Sociais e Psicólogos.*

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a contratar Assistentes Sociais e Psicólogos, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 240 da Lei Municipal nº 1751/90, a seguir descritos:

<b>Categoria Funcional</b>	<b>Padrão</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Vencimento Mensal</b>	<b>Carga Horária</b>
Assistente Social	10	3	R\$ 1.588,14	40 hs semanais
Psicólogos	12	2	R\$ 1.221,63	20 hs semanais

Art. 2º O prazo de vigência do contrato não poderá ultrapassar o período de seis meses, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Parágrafo Único. os contratos serão rescindidos, a partir da nomeação dos servidores aprovados no concurso público municipal.

Art. 3º Ficam assegurados ainda, os direitos elencados na Lei Municipal nº 1.751, de 08 de agosto de 1990.

Art. 4º As contratações serão realizadas através de processo público seletivo simplificado.

Art. 5º O Concurso Público para provimento efetivo dos cargos, no âmbito do Município, deverá ser realizado no exercício de 2012.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE JANEIRO DE 2012.**

**CLAUDETE L. MACHADO**  
Prefeita em Exercício



**PROJETO DE LEI Nº 0001-12, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando a V.Sras., este projeto de lei buscando autorização, para contratação temporária de assistente social e psicólogo, pelo motivo de excepcional interesse público.

É dever do Estado, dentro de suas obrigações constitucionais, prestar o atendimento à assistência social e a saúde física e mental dos munícipes.

Tendo em vista os diversos projetos que estão em andamento (CRAS, CREAS, EMANCIPAR, BOLSA FAMÍLIA, HABITAÇÃO E PLANTÃO SOCIAL), e a existência de apenas 01 (um) assistente social contratado de forma temporária, e 01 (um) psicólogo, do quadro de provimento efetivo, responsável pela Coordenação do CREAS e demais atendimentos, faz-se necessária a contratação emergencial dos servidores.

Outrossim, os diversos estudos sociais a serem realizados pelo Município, a pedido do Poder Judiciário, estão prejudicados, pela falta de profissionais nas respectivas áreas.

Salienta-se que o último concurso público para a contratação de assistentes sociais e psicólogos foi realizado em 2006.

A contratação temporária dispensa o cálculo do impacto orçamentário-financeiro, a teor do artigo 16, parágrafo primeiro, inciso I da lei de responsabilidade fiscal.

Pelo exposto, é urgente e necessária a contratação dos servidores, a fim de que seja possível a prestação dos serviços sociais para a comunidade local.

Estas são as razões que justificam o presente projeto.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE JANEIRO DE 2012.**

**CLAUDETE L. MACHADO**  
Prefeita em Exercício